



MÍDIA IMPRESSA E VIOLÊNCIA: (RE)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Wilson Borges*

Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)

Hoje, nos deparamos com o chamado indivíduo pós-moderno¹, esse sujeito constituído de múltiplas identidades, móveis e instáveis. Mas essa multiplicidade, mobilidade e instabilidade das identidades é um fenômeno relativamente recente. Nos últimos anos, a idéia de constituição do indivíduo mudou, assim como também mudou a da relação que os sujeitos mantêm com o espaço público e com os outros atores sociais.

Partindo desse ponto de vista teórico mais amplo, acreditamos que, a partir de um compartilhamento “consensual” do medo por parte da população carioca, novos laços seriam estabelecidos no campo interpessoal e em relação à cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, narrativas que fazem apelo à memória teriam um papel fundamental na constituição de novas formas de identidade social e de constituição do espaço público.

No entanto, a memória – como um elemento importante na construção das identidades sociais – sempre esteve presente, seja no indivíduo do pré-capitalismo, da pré-modernidade, seja no indivíduo da modernidade. O que é específico da contemporaneidade é que, agora, a mídia exerce um papel de mediadora entre o homem e o mundo, ocupa um lugar privilegiado para a produção da memória social.

Acreditamos que os agentes fundamentais na construção das identidades nas sociedades contemporâneas são os *mass media*. Partindo desse pressuposto, a mídia de um modo geral (e, mais especificamente, a imprensa) estaria ocupando um lugar central como formadora e armazenadora de uma memória social, deixando de ser a História o principal lugar de memória para conferi-lo à comunicação massiva.²

Para uma melhor compreensão da forma como os jornais são fundamentais na construção das identidades sociais e de uma memória social na contemporaneidade, seria

* Jornalista formado pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Atualmente cursando a Pós-Graduação *Lato Sensu* em História do Brasil, pelo Departamento de História, e o Mestrado em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, ambos pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ).

¹ Esta designação é utilizada por autores como Stuart Hall e Anthony Giddens.

importante perceber as estratégias enunciativas, tanto verbais quanto não verbais, utilizadas no discurso jornalístico. Pois está na forma *de dizer* a estratégia enunciativa dos jornais. É através das modalidades *do dizer* que um jornal poderá estabelecer o contrato de leitura com o indivíduo / consumidor / leitor.

O jornal sempre manteve essa relação estreita com o leitor. Só que antes pesava sobre este veículo a crítica de ser opinativo, partidário, ideológico, o que intensificava a oposição entre *apocalípticos* e *integrados*. Mas, a partir da década de 1950, o jornalismo começa a ganhar um novo contorno. Há, por parte dos meios de comunicação de massa (sobretudo os jornalísticos), o cuidado em demarcar os espaços destinados à informação e à opinião.

Os textos jornalísticos começam a ser produzidos sob a égide do mito da objetividade. Não deixou de haver o espaço destinado à opinião, só que a informação tinha que ser difundida aos leitores com distanciamento, passando ao leitor os fatos “reais”. Mas, ao longo desses anos, vários autores verificaram que, apesar da objetividade jornalística, os jornais continuaram a formar opinião, só que agora com outros recursos lingüísticos.

Através do contrato de leitura, os jornais constróem discursivamente o seu receptor. E este ao aceitar o “contrato” – ao se tornar um leitor assíduo de um determinado jornal – assume um determinado lugar, uma determinada imagem que o jornal constrói dele. O contrato que o jornal vai estabelecer não é com a massa em sua totalidade. Os jornais segmentam seu público alvo e, a partir dessa segmentação, constróem seu discurso. Se um jornal vai se dirigir a uma classe menos favorecida, a linguagem usada por ele será, ou tenderá a ser, compatível com a compreensão desse público.

Tendo um discurso próprio, os jornais, assim como as demais mídias, promovem mudanças nas formas de narrativa e de atribuição de um sentido ao real. Com os novos modelos narrativos, há uma reordenação do espaço público, com o esvaziamento deste espaço por um tipo de organização social para uma ocupação por um novo, ou novos tipos de organizações.

Nesse “jogo” de atribuição de sentidos a esse novo espaço público (já reordenado), um dos mecanismos de construção de uma “memória”, talvez um dos mais significativos e mais relevantes, seja o jornal impresso. Como a maioria dos mecanismos de construção de

² Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A mídia e o lugar da história”. In *Lugar Comum*, n. 11, maio-ago. 2000.



“memória”, os periódicos vão construindo este acervo simbólico no leitor, silenciando alguns aspectos e dando voz a outros – enquadrando esta memória.

O trabalho de enquadramento das memórias coletivas é, certamente, um dos ingredientes mais importantes para perpetuação do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Guiado pela preocupação em ora manter, ora modificar, as fronteiras sociais, e alimentado de material fornecido pela história, o trabalho de enquadramento reinterpreta o passado em função de combates do presente e do futuro. Logo, “o denominador comum de todas as memórias, mas também as tensões entre elas intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural”.³

Reforçando a coesão social pela adesão afetiva, pelo sentimento de pertencimento, a um determinado grupo, a memória coletiva é segmentada e estruturada com suas hierarquias e classificações. Com o questionamento da “memória oficial”, o papel da história oral cresce em importância. Privilegiando memórias dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, ressalta as memórias subalternas, das “sub-culturas”, contrapondo-as com a memória nacional.

Semantizações e memórias em meio a Rio 92

No início da década de 1990, um evento alterou a rotina da cidade do Rio de Janeiro e dos cariocas – a RIO-92 (um encontro que reuniu mais de 150 chefes de Estado em torno de discussões sobre o meio-ambiente). Naquela ocasião, a configuração da cidade passava por uma reformulação, onde as Forças Armadas iriam atuar de forma a garantir a segurança, a princípio, do Encontro. A partir de um trabalho conjunto entre Polícia e Forças Armadas, uma série de discursos foi produzida, com o objetivo de legitimar aquela atuação “efetiva” contra a criminalidade que, pelos índices apresentados, era crescente.

Tal discurso sobre a cidade causou aos cariocas a sensação de que a cidade de Rio de Janeiro ficava menos violenta com a atuação repressiva dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Não à toa, as operações RIO I e, posteriormente, RIO II tiveram amplo apoio, principalmente da classe média. Assim, a análise dessas narrativas produzidas pelos

³ POLLACK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio” *IN: Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 11.



meios de comunicação de massa, no nosso caso específico pelo jornal impresso, foi o ponto que utilizei para o desenvolvimento da pesquisa que apresentei como trabalho monográfico de conclusão da graduação em Comunicação Social.

Acredito, no entanto, que a violência, via mídia, foi uma das entradas possíveis, dentre outras. Não estava buscando um estudo detalhado acerca da violência em si, mas uma reflexão sobre a memória como prática discursiva e o papel do jornal impresso na constituição de novos espaços público e privado.

Assim, a partir de um tema como a criminalidade, pude verificar, por exemplo, como a cidade do Rio de Janeiro é apresentada aos leitores. Partimos da hipótese de que os jornais, através das estratégias que dispõe, tendem a criar no indivíduo uma cultura do medo. Se, antes, os laços de solidariedade estavam frouxos, naquela ocasião voltavam a ser atados, sob uma outra forma, em função da experiência compartilhada do medo.

Escolhemos para analisar o *Jornal do Brasil*, através da editoria *Cidade*. Observamos como, nos quinze dias que antecederam a *RIO92*, bem como durante o evento, esse periódico – através de uma “perspectiva histórica” – apresentou a cidade do Rio de Janeiro a seus leitores. Escolhemos o *JB* por se tratar de um dos principais jornais da imprensa carioca, voltado prioritariamente à classe média e à zona sul da cidade.

Procuramos fundamentar nossa análise numa bibliografia pertinente ao tema (mídia, memória e espaço público). Com muitos dos textos, que serviram como base teórica, tomamos contato através de dois núcleos de estudo e pesquisa que tivemos a oportunidade de participar, durante a graduação na Universidade Salgado de Oliveira. O primeiro é o Núcleo de Pesquisa da História sobre a Mídia (NPHM), onde atuo como pesquisador, tendo sido bolsista de iniciação científica no ano de 2001, e como participante do grupo de estudo que se organiza para discussão de alguns temas relacionados ao nosso campo de pesquisa. Já o segundo, é o grupo de Estudos sobre Comunicação e Sociedade (GRECOS), que funciona como um fórum de discussão sobre temas relacionados à comunicação, cultura, sociedade e globalização.

É oportuno destacar que nossos esforços estiveram voltados para uma análise da produção da notícia, não sendo uma preocupação nossa, pelo menos naquele momento, a recepção. No entanto, para enriquecimento desse trabalho, estivemos analisando a seção de



Cartas dos Leitores, cujo objetivo era o de verificar se o discurso jornalístico estaria encontrando ressonância na população.

Em última instância, o objetivo da nossa análise era pensar os meios de comunicação de massa como um lugar de construção de memória. A partir do lugar e de como esta memória é construída, tentamos verificar o lugar estratégico que os *mass media* ocupavam (e ocupam) na sociedade, sejam como formadores de opinião, sejam como lugar de referência da memória popular.

Tentamos, conjuntamente, observar os reflexos das narrativas midiáticas nas relações sociais que hoje são estabelecidas. Como aponta Jürgen Habermas,⁴ o papel social do jornalismo sofreu profunda transformação, desde a formação da sociedade burguesa, modificando seu papel originário de veículo de publicização. Hoje, o jornalismo faz mais do que tornar público, ele interfere, diária e diretamente, na vida de uma comunidade, de um estado, de uma nação.

A partir desta ótica, traçamos (ou pelo menos tentamos traçar) um panorama da modificação na constituição das relações, tanto no âmbito privado, como no público. Estivemos apontando onde, nos jornais impressos, estão representadas as transformações dos espaços público e privado, do qual estamos relatando ao longo deste trabalho.

Os discursos e as representações da violência

A violência a que estamos nos detendo aqui é vista tanto como uma ameaça à convivência pública e democrática, ou seja, como impedimento do processo de democratização; quanto como a semente de rearticulação sociopolítico-cultural, ou seja, como expressão limite de articulações culturais dinâmicas, ou ainda, como tentativa de superação da exclusão social.

Não devemos perder de vista que a violência foi observada por um viés relativamente especial – o midiático. A mídia é um lugar de visibilidade, e a violência pode ser caracterizada como um tipo de linguagem que expressa conflitos, mas que também viabiliza alteridades (formas culturais diferentes que encontram na mídia um lugar de expressão). A violência, nesse contexto, pode representar tanto um recurso de expressão quanto uma

⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.



estratégia de obtenção de visibilidade. Haja vista que, com a crise do Estado, a mídia ocupa o lugar de responsabilidade pelas zonas de conflito – exemplo são os programas de cunho popular, como é o caso do *Programa do Ratinho*.

Como esteve no cerne da nossa proposta, a violência foi estudada a partir de uma perspectiva onde sua espetacularização possibilitava a reformulação, ou melhor, a reorganização do espaço público, assim como do espaço privado, pois “os clamores por menos violência na mídia dizem respeito àquela violência chocante, não atenuada e suavizada por retoques e disfarces, explicitando formas e práticas classificadas como bárbaras e cruéis”.⁵

O Brasil nunca esteve livre das marcas mais profundas do conflito e da violência marcados pela enorme diferença sociocultural, pela disparidade de renda, pelo passado escravocrata, pelas políticas autoritárias. A partir da primeira parte da década de 1980, o tema da violência ganha espaço crescente nos noticiários midiáticos. Não podemos perder de vista que a violência sempre esteve presente em qualquer coletividade, pois a luta e a disputa são fundamentos de qualquer relação social. Mas, a violência enquanto fenômeno, enquanto possibilidade de negociação, de redefinição do entendimento da realidade, de construção de um novo conceito sobre uma dada realidade, essa é deslocada para fora da arena da mídia.

Se num primeiro momento falamos da violência numa esfera macro, tentamos em seguida inseri-la num contexto mais específico – a cidade do Rio de Janeiro. Dentro desta perspectiva, estivemos discutindo à luz de autores como Maria Alice Rezende de Carvalho, para quem a questão da violência no Rio é vista como forma de busca pela *igualdade* e, sobretudo, pela *liberdade*. Para a autora, a violência é apontada como forma de reivindicação de *liberdade*, visto que a privação desta impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade. Em nossa sociedade, há uma histórica inexistência de nexos entre os interesses das massas e uma esfera estatal “democratizada”. E o Rio de Janeiro é um contexto peculiar, uma vez que a política de barganha dos patronos alargou o fosso entre os “de cima” e os “de baixo”.

No Rio de Janeiro, sempre houve uma percepção de que vigora o oportunismo (o *jeitinho*) em detrimento da cooperação, onde se desenvolveram mecanismos informais, muitas vezes ilegais, de obtenção de benefícios privados. A esfera pública se confundia, e às vezes se

⁵ PEREIRA, Carlos Alberto, RONDELLI, Elizabeth, SCHOLLHAMMER, Karl Erik, HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.



confunde, com as esferas privadas, utilizando-se a máquina estatal na obtenção de benefícios particulares. Agregado a isso, novos padrões de produção e consumo, novos modos de constituição das identidades coletivas, novos critérios de legitimação de autoridade, iam se incorporando ao contexto da cidade. E a violência urbana ia crescendo gradativamente, a medida que acentuava-se a conexão entre o padrão autoritário de modernização do país e a criminalidade. Os níveis de desigualdade e a escalada da pobreza se mostravam numa crescente, face o descaso do Estado em implementar políticas distributivas mais progressivas. Ao falarmos do Rio, não podemos desprezar as diferenças que existem nas especificidades do processo de modernização que cada cidade sofreu – Rio de Janeiro, modelo francês, São Paulo, modelo inglês.

É de fundamental importância inserirmos a questão da violência nos contextos em que ela aparece. Não esqueçamos da violência durante o regime militar: ao tema da pobreza agregava-se o da opressão, e a transgressão era elogiada por setores que lutavam por democracia. Nessa época, a ilegalidade era tida como uma forma de protesto social, e o bandido, um herói pré-político. O protesto popular era valorizado em sua dimensão transgressora contra a ditadura militar. Ou seja, a violência assumiu formas discursivas bem diferentes ao longo da história. Notamos que esse fenômeno pode ser encarado de várias formas, dependendo do tempo e do contexto em que estiver inserido. “A qualidade ‘urbana’ da violência aponta menos para o repertório clássico da sociologia (...) e mais para a tensão constitutiva das cidades contemporâneas, em uma chave, por sua vez, menos normativa e mais compreensiva”.⁶

Na falta de uma ordem moral compartilhada por todos, o tema da mobilidade social tendeu a se traduzir em estratégias que podem incluir a experiência da ilegalidade – bandido, como representação de uma saída individual para a mobilidade que se encontra obstruída. “Pensar sobre a violência nas grandes cidades – e no Rio de Janeiro em particular – significa remontar à baixa legitimação da autoridade política do Estado, cujo privatismo congênito estreitou excessivamente a dimensão da polis, condenando praticamente toda a sociedade a condição de bárbaros”.⁷

⁶ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. *IN: Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

⁷ Idem, *ibidem*.



Com isso, a cidade se torna objeto de disputa generalizada e violenta entre seus habitantes, torna-se a “cidade escassa” de Maria Alice R. de Carvalho. A partir do conceito de “cidade escassa”, observamos que o Rio de Janeiro se tornou pequeno para comportar o conflito entre tantos agentes e grupos que pareciam não habitar a cidade – cidade pequena, do ponto de vista político, que não consegue prover de cidadania às grandes massas.

Podemos nos arriscar a dizer que assistimos à falência do Estado, haja vista que este não consegue eliminar os padrões de exclusão. Por outro lado, para atender a população que busca a inclusão por concessão de bens de cidadania, inúmeras microssociedades surgem, com seus chefes e legalidades próprios, propagando-se a corrupção, a deslegitimação do monopólio do uso da violência pelo Estado e a generalização de conflitos. Isso se deve, em grande parte, a fraca legitimação da autoridade do Estado brasileiro em detrimento da obtenção de vantagens patrimoniais privadas. Vale recordar que o Rio de Janeiro foi sede do Estado Imperial brasileiro, onde havia uma forte clivagem entre a vida social e a esfera social organizada.

Ao longo da República Velha, desenvolveu-se ainda mais o padrão de evolução política em que o Estado ocupava integralmente o espaço público, o que nas palavras de José Murilo de Carvalho será chamado de *estadania*.⁸ Ou seja, o Estado é tão somente um instrumento eficiente de acumulação privatista de vantagens patrimoniais. No Rio de Janeiro, a liberdade social e a autonomia cultural associadas à interdição da participação popular na esfera política empresta maior dramaticidade à *estadania*. Foi, justamente, através de políticas clientelistas – prática comum ao Estado – que o crime organizado se estabeleceu. O que assistimos foi uma lenta degradação do espaço público como espaço de lutas, de conflitos. Assim, início do século XXI, o que vemos no Rio de Janeiro é uma sociedade sem cultura cívica, sem vida associativa, sem partidos políticos enraizados, sem normas confiáveis que favoreçam convivência e reprodução sociais.

Eis o retrato do Brasil contemporâneo, especialmente do Rio de Janeiro: por um lado, a indiferença da sociedade em relação ao espaço público, políticas clientelistas – ex.: igreja, Ongs, crime organizado; de um outro, um sentimento de recusa ao quadro institucional, composto principalmente por jovens pobres, cujas ações emprestam expressividade a delinquência e a violência – ex.: pichações / brigas de galeras.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Jornalismo**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

É oportuna, entretanto, a observação de Tocqueville, que nos diz: *as convulsões sociais só aparecem em regimes democráticos*. Ou seja, se por um lado nos vemos inseridos num contexto crescente de transgressões, num ambiente de constante insegurança; por outro, somos compelidos a perceber que tais transgressões são frutos de um ambiente em que a democracia está vigente. Este cenário provocou efeitos. Efeitos estes que enxergamos no constitucionalismo moderno, onde observa-se uma diminuição do papel do Parlamento como *locus* da vontade geral e a conseqüente atribuição ao Judiciário o poder de legislar. O direito passa a invadir a política, adotando uma linguagem da “justiça” como via de mudança social. Nota-se uma sociedade sendo organizada sob Cortes Federais, como acontece nos Estados Unidos. É a revolução dos direitos civis sem guerras. Ou seja, uma revolução onde se suprime as várias formas de violência.

Na ausência de uma linguagem que substitua o imaginário democrático em crise, Antoine Garapon⁹ acredita que o Judiciário teria se tornado o ator central da sociedade da penalização e a noção de justiça permeado o imaginário social. Primeiro porque introduz regulação num ambiente marcado pela desregulação e anomia, bem como por ser o novo depositário da virtude pública. O redimensionamento do papel da justiça se dá em função da crise do paradigma político da democracia – a Revolução Francesa. Para Garapon, a noção de “direitos” tem avançado onde prosperam o individualismo absoluto, a dessacralização da natureza das leis e da idéia de justiça, a deslegitimação da comunidade política como lugar da vontade geral, os clamores de proteção e tutela dos cidadãos-vítimas, substitutos da autonomia cidadã, o recrudescimento dos mecanismos pré-modernos de repressão e de manutenção da ordem.

A década de 1990 (década em que acontece a RIO-92) vai ser o cenário onde veremos cenas de exacerbação da violência urbana, interconexões entre forças de segurança e a criminalidade, coexistência de acentuadas desigualdades sociais, além de uma concentração de chacinas. Com exceção das chacinas, pelo menos em número mais reduzido, vemos no Brasil do século XXI profundas semelhanças com o contexto anos 90. Curiosamente, tivemos a oportunidade de assistir a uma nova intervenção militar que, por problemas de ordem política, durou menos tempo que a da última década do século anterior.

⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

⁹ GARAPON, Antoine. *Le Gardien de promesses*. Paris: Odile Jacob, 1996.



Um estudo sobre a violência deve estar ligado às questões urbanas, à cidadania, aos direitos humanos, levando em conta que a cidade é um espaço de lutas sociais e a violência é uma das mais agudas formas de manifestação da questão social. Deve-se, ainda, levar-se em conta a ditadura e seus efeitos sobre os policiais. As negociações, os favorecimentos, os confrontos que surgem das relações entre polícia e os setores excluídos, também não podem ser esquecidos. Da mesma forma, observar o quanto cresce a autonomia da polícia em relação ao restante do aparelho estatal, a partir do tema da segurança pública. Não podemos e não devemos desprezar o papel dos meios de comunicação de massa nesse contexto. Ele é fundamental. À medida que fala para as classes favorecidas, a mídia fomenta repressão social e legal.

O aumento da violência foi acompanhado, nos anos 1990, não somente pela ênfase na cobertura jornalística de seus episódios, mas também por um intenso debate sobre a sua natureza e suas conseqüências. Este excesso da tematização teve o efeito de construir um determinado imaginário sobre a violência, que passou a informar e a produzir atitudes sociais a ela referenciadas. A partir daí, o que se observa, via mídia, é uma violência banalizada, corriqueira e trivial, além da violência policial praticada de forma ilegal ou ilegítima. Pela mídia, a violência é transmitida de forma difusa e desordenada, com ausência das causas que a provocam. Pela forma como é mostrado, como simples fenômeno de agressão física, sem ser encarado como linguagem, o “retrato” da violência leva as pessoas a abandonarem as ruas, suprimindo a participação no espaço público.

Os episódios da violência cotidiana, banal e ordinária são atos que, com precaríssimas mediações institucionais, revelam a impotência da sociedade em resolver seus conflitos, assim como o isolamento dos setores envolvidos. Narrados pela mídia, os episódios de violência podem provocar aplausos ou indignação, em função de como se sugere aos telespectadores / ouvintes / leitores que o fato tenha acontecido. A forma pedagógica com que as Forças Armadas intervieram nas ocupações de alguns morros do Rio de Janeiro serviu como modelo de um policiamento ostensivo e preventivo. Talvez resida nesse ponto a aceitação da população no que diz respeito à mobilização nas ruas e o sentimento de segurança. Os meios de comunicação de massa são produtores de consenso, pois agregam e compõem vários discursos, além de refletirem produções socio-culturais, definições e representações sociais.



Há um discurso político, um discurso médico, um discurso científico, se articulando simultaneamente ao e no campo midiático.

“Portanto, o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência: as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados. Revela-se, aqui, o caráter estruturador do discurso”.¹⁰

E, ainda:

“A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhes sentidos que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência”.¹¹

A mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (edição, classificação, opinião sobre eles) como, ao testemunhá-los, expõe os fatos a outros agentes, que são constringidos / convocados a atribuir sentidos sobre eles. Nas palavras de Elizabeth Rondelli:

“Com isso, tais discursos, antes constituídos pela natureza do fenômeno narrado e pelas características do meio comunicativo, tornam-se constitutivos à medida que passam a sustentar e a configurar opiniões, julgamentos, valores e práticas adotados a partir e/ou com referência a esses relatos sobre a violência. A força expressiva desta linguagem da violência vem deste movimento de os episódios deixarem os lugares particulares ou privados de sua ocorrência para se extravasarem numa dimensão pública onde se encontram, sobretudo, com instituições e discursos preexistentes, que passam a produzir sentidos e a orientar práticas sociais sobre a violência”.¹²

¹⁰ RONDELLI, Elizabeth. “Imagens da violência e práticas discursivas”. In. *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

¹¹ *Idem, ibidem*.

¹² *Idem, ibidem*.



Dentro da perspectiva desta autora, é possível, através de uma categorização, se indicar cinco formações discursivas, ou seja, matrizes a partir das quais se engendram sentidos e explicações referentes a violência. Da divisão que é feita, nosso trabalho está alinhado com a quinta matriz apresentada por Elizabeth Rondelli, seja ela: o advento da violência está, intimamente, ligado à falência do Estado, com o fim das utopias, o ocaso das ideologias, o sentimento de deterioração de uma ordem normativa-legal, além da fraqueza da experiência coletiva no fim do século.¹³ Este é contexto onde se embala o nascimento dos sujeitos sociais dispersos, desmobilizados para a ação, desencantados com o futuro, desacreditados de uma ética.

Em nossa monografia, analisamos as páginas do JB com o objetivo de tentar mapear as construções discursivas contidas no periódico, no período que compreendeu a RIO-92. Nesta fase do trabalho nossa preocupação esteve centrada na produção da notícia, como tentei indicar neste artigo. Tive a oportunidade de verificar empiricamente alguns pressupostos aqui apresentados. Pretendo agora me aprofundar no tema, a partir de novas reflexões que vêm sendo colocadas no Mestrado do Curso de Ciência Política, ampliando e aprofundando esta pesquisa.

¹³ Em *Imagens da violência e práticas discursivas*, Elizabeth Rondelli indica cinco formações discursivas, as quais se engendram explicações e sentidos à violência. A primeira é a da mídia, que a partir do sensacionalismo e da espetacularização da violência, enquadra o fenômeno a uma linguagem e lógica mercadológicas. A segunda matriz estaria associada à construção de um imaginário sobre a violência que inspiraria e orientaria políticas públicas. Já a terceira, estaria relacionada a um discurso político-empresarial que afirmaria a modernização econômico-social. A quarta, em oposição à



Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BAPTISTA, Luís Antônio. *A Cidade dos Sábios*. Rio de Janeiro: Summus, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- BENJAMIN, Walter. “O Narrador – Considerações sobre a obra de Nicolau Leskov”. In. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças dos Velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Paulo César. *A dimensão não verbal da enunciação jornalística.: a reforma gráfica do jornal O Globo*. UFRJ, 1996. Dissertação de mestrado.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.
- LÉVY, Pierre. “Os Três Tempos do Espírito” IN: *As Tecnologias da Inteligência*. São Paulo: Editora 34, 1985, p. 75-132.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

anterior, estaria associada às tentativas legitimadoras do Estado. A quinta, matriz com a qual estamos trabalhando, é a que situa-se na constatação crítica e pessimista da falência do Estado.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Jornalismo**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



- MORAES, Dênis de (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- NOVAES, Adauto. (org.) “Antes, O Mundo Não Existia” *IN Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, RONDELLI, Elizabeth, SCHOLLHAMMER, Karl Erik, HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- POLLACK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio” *IN: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.2, n.3, 1989.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. UFRJ, 2000. Tese de Doutorado.
- _____. “A mídia e o lugar da história”. In *Lugar Comum*, n. 11, maio-agosto 2000.
- SENNET, Richard. *A Corrosão do Caráter. Conseqüências Pessoais do Trabalho no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VÉRON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981.